

Jogada para torpedear o Parlamentarismo

Entregar os anéis, para conservar os dedos. Esta parece ser a tática que o Palácio do Planalto, os chefes militares e os políticos conservadores pretendem adotar para impedir que a Comissão de Sistematização da Constituinte aprove um sistema de governo que seja permeável a pressões populares. Estes setores, que até há poucos dias exigiam da Assembléia a aprovação do presidencialismo, agora dizem estar conformados com a previsível vitória do parlamentarismo. Em contrapartida, pressionam para adiar a implantação do novo sistema, ou para deformá-lo inteiramente, como foi feito, aliás, pelo Relatório Cabral II. As manobras e a análise completa do relatório estão na página 3.



EDITORIAL

Adiar, para que?

Houve um tempo em que o general Figueiredo dizia que os brasileiros não podiam votar porque "não sabiam escovar os dentes". Agora, José Sarney e sua panelinha continuam imaginando que o povo é incapaz para a democracia. Por isto, mesmo vendo-se derrotados na pretensão de manter o sistema presidencialista — condenado por quase 100 anos de experiência com crises e autoritarismo — querem arranjar uma trapaça visando adiar a mudança para o parlamentarismo ou mesmo sabotar a implantação deste novo sistema criando, através da legislação ordinária, um monstro que poderia ser chamado de presidencialismo parlamentarizado. O ministro Ronaldo Costa Couto, evidentemente por encomenda do Planalto, telefonou aos líderes parlamentaristas "ponderando" que o novo sistema só deveria ser efetivado em 1989. Já o grupo dito "moderado" na Constituinte, servindo aos mesmos propósitos, prega que em 88 Sarney designe um primeiro ministro de mentirinha, delegue a ele "os poderes que quiser" e, durante um ano articule "uma legislação apropriada" para regulamentar — melhor seria dizer fraudar — o parlamentarismo, que entraria em vigor em 89.

Mas as coisas não param aí. O relator Bernardo Cabral, que se revela cada vez mais um invertebrado político, que não tem opinião própria e cede a pressões de todo lado, também acaba facilitando o caminho para os conservadores. Seu substitutivo cria dissensões a torto e direito. Tumultua o processo de elaboração da Carta Magna, abrindo espaço para que as coisas se resolvam na base do tomalá, dá cá. O texto fixa seis anos para Sarney, contrariando todo mundo; estabelece uma estapafúrdia eleição indireta para o presidente da República, que já foi cabalmente derrotada nas ruas; e vai por aí. No fundo é

uma sabotagem do parlamentarismo, permitindo aos presidencialistas pescar em águas turvas. Mas o governo não visa apenas torpedear o parlamentarismo. Quer, a todo custo, no mínimo, adiar qualquer alteração no comando do Executivo para 1989 e, se for possível, para 1990. É que o atual grupo dominante — que tem como centro os militares sob comando do general Leônidas — precisa de um fantoche em Brasília para completar alguns projetos que jamais seriam permitidos em condições de liberdade.

Esta gente anda alvoroçada para impor a toque de caixa as tais Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), certamente por compromissos inconfessáveis já assumidos com o capital estrangeiro. Por exigência das Forças Armadas, trata de incrementar o projeto Calha Norte e a Ferrovia Norte-Sul, sob pretextos de ordem estratégica militar, sob o falso manto da "segurança nacional". Da mesma forma está em ritmo de urgência o aparelhamento do Exército, segundo os planos do chamado FT-90. Para estes objetivos não existe contenção de despesa, não existe prioridade nacional, não existe nenhum obstáculo. É trabalhar rápido para colocar o país diante do fato consumado. E para isto é indispensável um presidente dócil, que vá assinando tudo que as eminências pardas colocam na sua mesa. É preciso também prolongar a "transição", para evitar que dispositivos que possam ser aprovados na Constituição tragam qualquer empecilho ao que já vem sendo feito.

No parlamento, nas entidades, nas fábricas e escolas, nas fazendas e povoados, nas praças públicas de todo o país, nos comícios pelas diretas, que continuam se alastrando, nas caravanas a Brasília, urge que se ouça o brado de alarme. O povo não tolera mais trapaças, quer liberdade e progresso. A Constituinte não pode trair o Brasil.

A combativa greve dos canavieiros em Pernambuco

Um milhão de trabalhadores estão em campanha salarial. É o maior dissídio coletivo já realizado neste ano no país. Vem ocorrendo na chamada zona canavieira e abrange seis Estados nordestinos (Sergipe, Alagoas, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco), com a campanha unificada dos trabalhadores rurais da cana. Em Pernambuco, os 250 mil cortadores de cana estão em greve desde o dia 21. O movimento também conta com a adesão dos tiradores de coco de cinco municípios. A polícia tem agido com extrema violência em defesa dos interesses patronais. Veja na página 8



Iniciada no dia 17, a paralisação ganhou força na capital paulista.

Previdenciários ampliam sua luta

A greve atinge 90% dos 235 mil servidores do setor em todo o país, mas esbarra na arrogância do ministro. Pág. 6

Que esperar do Congresso da UNE

Augusto Madeira, diretor da entidade, prevê a volta dos estudantes às ruas. Pág. 7.



Manifestação em Uruba contra os assassinatos de opositoristas

Colômbia: governo apóia-se nos esquadrões da morte

Exército e grupos paramilitares matam líderes populares. Pág. 2

Bancários marcam nova paralisação para o dia 29

Encontro nacional das lideranças da categoria, no final de semana, aprova a data da greve e decide reforçar a mobilização na base. Sem contar com o Banco do Brasil, que assinou acordo em separado, bancários esquentam os motores com manifestações de rua e paralisações parciais. A Fenaban (entidade dos bancos privados) joga no impasse da campanha, rejeita as propostas de justiça e quer conceder apenas 14,8% de reajuste salarial. Página 6

CDM
Fundação Maurício Costas

ACORDO DE PAZ

Deu chabu

Foi mais um espetáculo televisivo patrocinado pelo governo de Ronald Reagan: no dia 18 o presidente dos Estados Unidos anunciou, com pompa e circunstância, que acertou com a União Soviética um acordo para eliminar os mísseis terrestres de médio e curto alcance na Europa e Ásia. O vice-presidente, George Bush, em campanha para suceder Reagan na presidência, foi enfático: "Acredito que estamos a ponto de conseguir aqui algo realmente histórico e quero ser aquele que promoverá a agenda do desarmamento ao redor do mundo."

Na URSS, Gorbachev, considerou o acordo um "êxito completo", e disse que a redução de mísseis era "um objetivo possível e realista". O jornal "Izvestia", contudo, talvez refletindo resistências à política de Gorbachev no governo soviético, foi cauteloso: "A história das relações americano-soviéticas nos ensina que não devemos nos deixar levar pela euforia".

Afinal, a que acordo se chegou? De imediato, a nenhum. Na verdade foi um "acordo de princípios", segundo o qual seriam eliminados 364 mísseis e 436 ogivas nos EUA e 683 mísseis e 1.564 ogivas soviéticas. Mas isso, se forem resolvidos "problemas técnicos" até uma reunião de Gorbachev com Reagan, quando o russo visitar os EUA, talvez ainda este ano. Mesmo assim, o acordo só reduziria 6% dos arsenais nucleares, o que levou a Albânia a denunciar que será mantido "intacto o arsenal nuclear das superpotências."

De qualquer modo, o secretário de Estado George Schultz, dos EUA, e o ministro das Relações Exteriores Eduard Shevardnadze, da URSS, posaram para fotos e

fizeram declarações entusiasmadas sobre a "proximidade da paz" patrocinada pelas superpotências belicistas.

Na Europa, as reações dos governos deram bem a tônica do real valor dos conciliabos americano-soviéticos. Margaret Thatcher, da Inglaterra disse que "devemos manter alguns armamentos nucleares norte-americanos na Europa". O primeiro-ministro alemão ocidental, Helmut Kohl, disse que o acordo era uma "grande conquista", mas que só depois que os mísseis começarem a ser realmente destruídos é que ele iria estudar como ficariam os 72 Pershing 1A, de alcance, que mantém em seu território. E o francês Jacques Chirac disse que vai "reforçar" as armas nucleares de seu país.

A CORRIDA CONTINUA

E ocorreram algumas falhas na encenação de pacifismo levada a palco pelos imperialistas. No mesmo dia 18, os Estados Unidos aprovaram o início da primeira fase do programa "Guerra nas Estrelas", que leva para o espaço as armas nucleares que estão apontadas contra os povos da Terra. A URSS afirmou que este fato "não ajuda as negociações". Mas também no fatídico dia 18 realizou mais um teste nuclear no centro atômico de Semipalatinsk.

Mesmo que o acordo saia das "intencões" e seja realizado, não há motivo para alívio. As armas com alcance superior 5 mil Km. ficam fora do "tratado de desarmamento", e mesmo as armas de médio e curto alcance instaladas em aviões e navios continuarão transitando por mares e ares de todo o globo terrestre., (Carlos Pompe)



Manifestação no enterro do comunista Juan Paulino Lopez em Bogotá

COLÔMBIA

O terror oficial

Estava para realizar-se no dia 24 de setembro — quando encerrávamos esta edição — a Marcha Nacional do Silêncio, convocada pela Central Unitária de Trabalhadores da Colômbia, como forma de protesto contra os contínuos assassinatos de lideranças populares e democráticas. O governo de Virgílio Barco Vargas tem sido conivente com os crimes, cometidos por forças policiais e paramilitares.

Às vésperas da manifestação haviam sido assassinados Juan Paulino López e Marciano Berrio, sindicalistas e membros do Partido Comunista da Colômbia (Marxista-Leninista) e Marco Tulio Villa Gómez, sindicalista. Foi divulgada também uma lista de 77 pessoas ameaçadas de morte pelas organizações direitistas.

No dia 25 de agosto, foram assassinados a tiros o dirigente do PCC (M-L) Luis Felipe Féliz, o médico Héctor Abad Gómez, o democrata e revolucionário dr. Leonardo Betancur, e Demetrio Aldana e Fidel Antônio Ardila, da União Patriótica. Na preparação da greve nacional de 27 de julho, dez ativistas e dirigentes sindicais e populares foram assassinados no Noroeste colombiano, e as sedes do sindicato Asinort em Cúcuta e Ocanha foram semidestruídas por bombas.

A Coordenação Nacional da Frente Popular divulgou

carta aberta ao presidente Barco lembrando que, em diversas reuniões com o procurador geral da Nação, Dr. Carlos Mauro Hoyos, foram feitas denúncias documentais sobre operações de aniquilamento de dirigentes populares.

Na carta, a Frente Popular afirma: "Senhor presidente: Só nos resta manifestar-lhe que, como chefe supremo das Forças Armadas, cabe-lhe responder pelo acúmulo de denúncias e acusações concretas existentes contra seus subalternos; que o desafiamos publicamente a que responda por tantos crimes, por tanta impunidade; a que permita a atividade política das forças distintas ao bipartidarismo; a que se entregue ao país os resultados das 'exaustivas' investigações, que se castiguem aos responsáveis dos crimes contra o povo, entre eles aos altos comandantes militares e aos ministros da Defesa e Justiça quem, dentro do próprio governo, impulsionam e fomentam os grupos paramilitares, responsáveis diretos pelas execuções de dirigentes e ativistas das organizações democráticas e populares."

CONFLITO INTERNACIONAL

Para o PCC (M-L), "o governo justifica o emprego de armas privativas do Estado" pelos grupos paramilitares

"valendo-se de artigos da Constituição." O partido alerta que esses grupos "são fomentados e criados pelos serviços de inteligência do Exército, que os organiza, os treina e os arma, enquanto os pecuaristas e os latifundiários os sustentam materialmente, posto que estão a serviço de seus interesses".

O chefe de um dos grupos autodenominados de "autodefesa" reconheceu publicamente que eles se organizam para combater os comunistas, os subversivos e os revolucionários.

Ao tempo em que recrudescer a repressão contra as forças populares e patrióticas, o governo intensifica os preparativos políticos, militares e econômicos para a promulgação de um Estado de Guerra, alegando disputas com a Venezuela por águas marinhas e submarinas. O PCC (M-L) posicionou-se sobre o assunto:

"Queremos a nosso país não mais do que queremos ao proletariado internacional e aos povos do mundo; por isso nos levantamos contra o imperialismo norte-americano, principal inimigo de nosso povo, contra as superpotências e o capitalismo; por isso lutamos contra as classes no poder e nos negamos a participar em qualquer aventura militar idealizada pela burguesia e o imperialismo contra o povo ir-mão venezuelano."



Shevardnadze (URSS) e Shultz (EUA): muita conversa e muita confusão

ARGENTINA

Alfonsín continuará a política antipovo

Apesar da fragorosa derrota de seu partido, a União Cívica Radical, nas últimas eleições (os peronistas abocanharam 17 dos 21 governos de províncias e ampliaram o número de seus representantes no parlamento nacional), o presidente da Argentina, Raul Alfonsín, não está disposto a alterar a desastrosa política econômica do governo.

Ao fazer sua avaliação dos resultados do pleito, no último dia 18, ele reconheceu que o povo está insatisfeito e exige mudanças. "Nossa gente re-

clama melhores condições de vida", disse. Porém, atribuiu o revés eleitoral da situação a um simples "equivoco de comunicação", destacando que a orientação do seu partido para a área econômica é a única possível e viável.

CAPITULAÇÃO

O diagnóstico do presidente argentino equivale a uma confissão de impotência diante da crise. "Os recursos que o país dispõe são escassos", salientou, concluindo que "entre as

expectativas dos argentinos e a realidade da Argentina o caminho que se pode recorrer é muito estreito, sumamente estreito".

Manifestou também a "sentida convicção" de que nenhum "economista", qualquer que seja a ideologia que professe, "poderia diferenciar-se muito da linha geral que hoje se aplica em matéria de política econômica". Segue-se que o que se faz é certo, e tudo o mais — foi precisamente o que Alfonsín frisou — "é demagogia" e "irresponsabilidade".

Faltou apenas convencer a população. "Penso que boa parte do país votou supondo que o governo é o culpado pela situação econômica e social", admitiu o presidente. Mas isto foi tão somente "um equívoco de comunicação". Depois de enumerar tais argumentos, ele anunciou que pretende adotar novas medidas para "impulsionar o setor externo da economia", dar continuidade às "privatizações de empresas estatais", além de manter a atual conduta em relação à negociação da dívida externa. Ou seja, nada muda.

CAUSAS DA DERROTA

Na verdade, até mesmo os partidários de Alfonsín foram forçados a constatar que as últimas eleições demonstraram a desaprovção popular à orientação do governo principalmente em dois campos: junto



Alfonsín não aprendeu nem mesmo com os resultados das eleições...

aos militares, com concessões aos torturadores e assassinos através da lei da obediência devida; na política econômica, encarnada especialmente na cêdença aos banqueiros estrangeiros e na submissão ao Fundo Monetário Internacional.

O próprio Alfonsín reconhece que a grave crise econômica tem basicamente duas causas: "a queda dos preços de nossas exportações e a dívida externa, que constituem uma tremenda carga para todos nós". Os débitos com o exterior ultrapassam 50 bilhões de dólares, quase 70% do Produto Interno Bruto do país, exigindo uma colossal transferência de riquezas ao

exterior (superior a 5 bilhões de dólares ao ano, ou quase 7% do PIB), o que conduz a economia a um estado crônico de estagnação, inviabiliza o controle de preços e torna inevitável o arrocho dos salários.

Alfonsín vem conduzindo a negociação da dívida à moda da burguesia, com acordos ditados pelas conveniências da comunidade financeira internacional. Não é, contudo — como ele quer fazer crer —, a via exclusiva de solução para o problema, embora seja provavelmente a única saída que as classes dominantes argentinas estão dispostas a adotar, o que apenas atesta a incapacidade delas encaminharemos uma solução patriótica para a crise econômica do país.

Ataque criminoso

Em mais um lance da batalha do Golfo Pérsico, os Estados Unidos atacaram uma lancha iraniana matando três marinheiros, aprisionando 26, sendo que dois tripulantes encontram-se desaparecidos. A justificativa americana é de que a embarcação estava instalando minas em águas internacionais, enquanto que o Irã afirma que o barco carregava alimentos importados pelo país. O fato é que as forças militares americanas na região já contam com 1º mil homens, um navio de comando, um porta-helicópteros anfíbio, seis cruzadores, três destróieres, nove fragatas, um porta-aviões, dois navios de munição e de suprimentos, um encouraçado, quatro caça-minas e um transportador anfíbio. Toda essa potência tem por objetivo "proteger" navios petroleiros que transitam pela área, conflagrada por uma guerra que já dura mais de 7 anos entre o Irã e o Iraque, que por sua vez interessa às grandes potências imperialistas produtoras de armas. Com a instalação da Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, a disputa ganhou um destaque muito maior, principalmente porque existe uma resolução do Conselho de Segurança daquela organização exigindo o cessar-fogo. Os quinze membros do conselho, agora, se articulam para impor um boicote de armas ao Irã e ao Iraque como medida para forçar a adoção do cessar-fogo. Os americanos, por seu turno, intensificam a atividade belicista na posição arrogante de polícia mundial.

A morte ronda o Chile

Mais 14 patriotas estão sendo ameaçados de serem assassinados pela ditadura fascista e antinacional dos generais no Chile. Pinochet se esmera atualmente numa escalada repressiva que já tirou a vida de milhares de combatentes pela liberdade. O Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) denuncia, na última edição de seu jornal "Adelante!", a tentativa criminosa de executar vários democratas, divulgando inclusive seus nomes: Jorge Palma Donoso, Hugo Marchant Moya, Carlos Aranda Miranda, Myrian Ortega Araya, Cecilia de las Mercedes Radrigán, Gonzalo González Quiroga, Juan Gajardo Ortiz, Rolando Cartagena Cordova, Raul Castro Montañes, Fernando Reveco Soto, Carlos Garcia Herrera, Pedro Burgos Ibañes e Rodolfo Rodriguez. O jornal conclama todas as forças antifascistas a unir esforços para impedir a consumação de mais esta violência, promovendo uma campanha em defesa da vida do povo chileno. Além da denúncia, está em curso a organização de uma greve geral para o próximo dia 7 de outubro, exigindo um basta à pena de morte e levantando a bandeira pela libertação dos presos políticos.

Reprodutora e mãe

Em seu périplo pelos Estados Unidos, a maior comunidade cristã do mundo, o papa João Paulo II resolveu dissertar sobre temas morais. Em São Francisco, na catedral de Santa Maria, respondendo a um discurso de Donna Hanson, secretária para assuntos sociais do bispo de Spokane, onde afirmou que "as norte-americanas católicas querem ser tratadas como adultos maduros, educados e responsáveis", o papa declarou que o papel principal da mulher continua sendo "tere educar os filhos". Donna lembrou seu passado em uma família de imigrantes, quando aprendeu a "lutar e a questionar situações tidas como estabelecidas". E disse que, "apesar de saber que a Igreja não é uma democracia governada pelo voto popular", gostaria que o papa incluísse mais, em suas cogitações, "as mulheres, os divorciados, as pessoas de cor". "Não questionar, não desafiá-lo", concluiu Donna, "seria negar sua dignidade como pessoa". Este e outros diálogos que os americanos tiveram oportunidade de presenciar, estão preocupando os católicos progressistas daquele país, pois a defesa que João Paulo faz de doutrinas conservadoras podem estar minando a Igreja de forma muito delicada.

Derrota sionista

As forças armadas israelenses voltaram a combater no Líbano, apoiadas por milicianos cristãos do Exército do Sul, contra os guerrilheiros libaneses e palestinos na "zona de segurança" criada por Israel no sul do território libanês. Três soldados israelenses morreram, o que representa o maior número de baixas sofridas por Israel em um só combate na região desde junho de 1985, quando Tel-Aviv retirou as suas tropas do Líbano. A polícia libanesa informou que as tropas israelenses se utilizaram de armas leves, equipamentos com canhões e tanques de guerra. Além dos soldados mortos, outros quatro israelenses ficaram feridos. A guarda "contou" 14 mortos em suas fileiras.

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) Cz\$ 1.500,00
Anual popular (52 edições) Cz\$ 750,00
Semestral (26 edições) Cz\$ 750,00
Semestral popular (26 edições) Cz\$ 375,00
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP: 01318

PROJETO CABRAL II

Novo golpe contra o parlamentarismo

Incapazes de combater frontalmente o sistema parlamentarista, os conservadores partem para jogadas rasteiras. O novo projeto de Constituição de Bernardo Cabral é uma delas: ele defende na aparência o novo sistema de governo, mas introduz de contrabando conceitos tão absurdos como a volta do Colégio Eleitoral. O objetivo é queimar o parlamentarismo, ou então deformá-lo inteiramente. Além disso, o substitutivo de Cabral traz graves recuos na maioria dos capítulos importantes da Carta.



Depois de inúmeras reuniões, conchavos, tentativas de acordos, adiamento de prazos e outras manobras, o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, conseguiu uma verdadeira proeza ao divulgar, no último dia 19, o seu segundo projeto de Constituição: desagradar, ao mesmo tempo, todas as correntes políticas com assento na Constituinte.

Com efeito, o segundo substitutivo de Bernardo Cabral é, sem dúvida nenhuma, o pior de todos os textos já produzidos na Constituinte. Na verdade, a impressão que se tem é que Cabral procurou fazer uma grande manobra diversivista para ajudar as forças conservadoras e reacionárias a aprovarem suas propostas, tamanha a confusão criada por seu trabalho.

Essa suspeita fica mais nítida ainda na questão central em jogo atualmente na Constituinte, que é o sistema de governo. A batalha entre presidencialistas e parlamentaristas dominou todas as atenções nos últimos dias e foi o ponto chave de todas as pressões, manobras e conchavos ocorridos antes da apresentação do substitutivo. Como não foi possível chegar a uma proposta consensual, Bernardo Cabral anunciou que manteria o

mesmo texto do primeiro substitutivo. Mais uma de suas bravatas. O texto do sistema de governo apresentado no segundo substitutivo do relator apresenta algumas inovações tão absurdas que contribuíram decididamente para aumentar a confusão e dar a impressão de que o objetivo principal de Cabral é mesmo dificultar a aprovação do parlamentarismo.



O objetivo da manobra é manter o presidencialismo

Embora o substitutivo mantenha a fórmula de um parlamentarismo puro, com nítida distinção entre chefe de Estado e chefe de governo, a implantação imediata, o fortalecimento do Congresso e a escolha do primeiro-ministro pelo Parlamento, ele introduz alguns conceitos que causaram espanto a todos. Em primeiro lugar, retoma a tese do Colé-

gio Eleitoral, aprovar que caso um candidato a presidente da República não obtenha maioria absoluta no primeiro turno, a eleição passa a ser feita pelo Congresso Nacional no segundo turno. Além disso, estabelece um mandato de 6 anos para o presidente Sarney, coisa que não era cogitado por ninguém. E como se isso não bastasse, apresenta uma fórmula exagerada para a formação do governo, segundo a qual, caso o Congresso rejeite o nome indicado pelo presidente para primeiro-ministro, ele passa a ser escolhido diretamente pelo Parlamento, sem a segunda indicação do presidente.

Com essas inovações, Bernardo Cabral acabou não contentando nenhum dos lados. Não defendeu o presidencialismo, porque a correlação de forças era amplamente desfavorável para tanto, mas em compensação procurou bombardear o parlamentarismo, para dificultar sua aprovação.



Na ordem econômica regalias para as multinacionais

Na questão econômica, igualmente o segundo substitutivo é uma peça profundamente entreguista e reacionária. Em primeiro lugar liquida completamente com a empresa estatal, abrindo uma verdadeira guerra contra a participação do Estado na economia. Além disso, num recuo inexplicável, altera o conceito de empresa nacional, que passa a ser aquela cujo controle de capital esteja nas mãos de pessoas físicas domiciliadas no país. Com isso qualquer empresa multinacional com sede no Brasil pode ser considerada empresa nacional, e portanto com direito a todas as regalias e proteções, inclusive de exploração mineral nas faixas de fronteira. De tabela, o substitutivo ainda liquida com a reserva de mercado, eliminada totalmente do texto.

Já na questão agrária, o substitutivo também é um horror. Na prática ele impede a realização de qualquer reforma agrária no país; primeiro, porque não combate o latifúndio, na medida em que não de-

fine os limites máximos permitidos para propriedades territoriais rurais. Além disso, não garante a imissão imediata na posse e abre uma brecha para que os latifundiários possam questionar judicialmente a desapropriação de suas terras, participando diretamente das vistorias e, se vitoriosos na Justiça, obriga que o pagamento da terra desapropriada seja feito não em títulos de dívida agrária, mas em dinheiro. Dessa forma, permite que o latifundiário possa maquiá sua terra em 90 dias para livrar-se da desapropriação.

No terreno dos direitos sociais dos trabalhadores, o substitutivo dá um golpe mortal nas conquistas já obtidas em outras fases da Constituinte. Não garante a estabilidade no emprego, substituída pelo vago conceito de proteção contra a demissão imotivada, não fala em 40 horas semanais de trabalho, admite o pluralismo sindical, não garante as comissões de fábrica. No caso da estabilidade, o prejuízo é maior ainda, ao admitir que as inovações tecnológicas possam ser fator que justifique demissões. Com isso, mantém sempre presente sobre a cabeça da classe operária o fantasma da demissão. De positivo, apenas o texto do direito de greve, que ficou sem restrições aparentes.



O militarismo também ganha força no projeto

Na questão democrática o substitutivo é também profundamente reacionário, representando uma submissão total às pressões dos chefes militares. Nessa questão, Bernardo Cabral recuou totalmente em

relação aos pequenos avanços contemplados no seu primeiro substitutivo. Manteve a definição do papel constitucional das Forças Armadas como defensoras "da lei e da ordem", o que permite a intervenção militar na política interna; retomou o conceito de que as polícias civil e militar são "forças auxiliares e reservas do Exército" e a definição da Polícia Federal para combater os crimes contra a ordem política e social; manteve o Estado de Defesa e o Conselho de Segurança Nacional, na prática uma reedição rebatida das medidas de emergência e do Conselho de Segurança Nacional, introduzidos durante a ditadura militar; e estabeleceu que o Estado de Sítio será decretado após ouvido o Conselho de Defesa Nacional, e não mais o Conselho da República, como estava no primeiro substitutivo. Em síntese, nesse capítulo o substitutivo consagra a doutrina do militarismo, tratando as Forças Armadas não como instituições necessárias para a defesa da Pátria e da soberania nacional, mas como algo acima dos interesses da Nação.



Não há garantias para a escola pública

Como se tudo isso não bastasse, o segundo substitutivo não garante uma educação efetivamente democrática, pública e gratuita e, embora reponha os percentuais obrigatórios de 18% da receita tributária da União para serem aplicados na educação não contempla a reivindicação de exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas. Na questão das comunicações

não democratiza totalmente a concessão e renovação de canais de rádio e televisão, que continuam sendo prerrogativas do Executivo, embora possam ser apreciadas pelo Legislativo. Ao mesmo tempo, esvazia completamente as funções do Conselho Nacional de Comunicação Social, órgão que se pretendia criar exatamente para democratizar a política nacional de comunicações.

Na questão indígena, o substitutivo também recua, não considerando os índios como etnias distintas da brasileira e permitindo a exploração das riquezas minerais de suas terras. No terreno cultural, o substitutivo abre brechas perigosas para a volta da censura às manifestações artísticas e culturais, e no campo das liberdades individuais, embora algumas formulações possam parecer avançadas, elas não são consagradas como princípios constitucionais, na medida em que na sua grande maioria são remetidas para a legislação ordinária.

Em relação à questão eleitoral e partidária, o segundo substitutivo apresenta tímidos avanços. Na questão partidária, embora retire as restrições impostas à organização e funcionamento dos partidos políticos, não chega a garantir plenamente a livre organização partidária, introduzindo conceitos genéricos que podem vir a ser utilizados contra os partidos progressistas. Na legislação eleitoral o substitutivo apresenta o seu maior avanço e, mesmo assim tímido, retirando a tese do voto distrital misto e jogando para a lei ordinária definir o sistema eleitoral a ser utilizado no país.

O segundo substitutivo de Bernardo Cabral é, portanto, uma peça reacionária e conservadora que precisa ser combatida com vigor durante as votações na Comissão de Sistematização.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

DIRETAS-88

Êxito em Goiânia

Numa demonstração de grande unidade das forças democráticas e progressistas, foi realizado no último dia 23, em Goiânia, o comício exigindo eleições diretas para presidente em 88. Apesar da insistente chuva que caiu na cidade, cerca de cinco mil pessoas participaram da manifestação, em que a tônica dos pronunciamentos foi a condenação do governo Sarney e a necessidade de uma ampla união para garantir o êxito da campanha.

O espírito de unidade esteve também materializado no palanque. Além dos presidentes e de constituintes do PCdoB e do PT, estavam presentes o governador Fernando Collor, de Alagoas, e mais de uma dezena de parlamentares do PMDB, PDT, PFL e PTB.

Esta presença ampla foi ainda mais importante devido à tentativa de esvaziamento da campanha feita pelo presidente do PDT, Leonel Brizola. Uma semana antes da realização do comício, o ex-governador do Rio de Janeiro decidiu retirar-se do comitê unitário das diretas. Esse comportamento, entretanto, ao invés de dividir a luta acabou solidificando nas demais correntes a necessidade de união. Uma boa mostra de que o tiro de Brizola pode ter saído pela culatra foi o comportamento dos dirigentes do PDT goiano presentes ao

palanque, que fizeram críticas abertas ao presidente de seu partido.

O comitê goiano pró-diretas dividiu a manifestação em três partes. Na primeira, fizeram uso da palavra os representantes da UNE, UBES, CONAM, CUT e CGT. Nas etapas seguintes falaram as lideranças locais, e por fim os deputados federais e demais lideranças nacionais.

O deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) foi muito aplaudido quando criticou o deputado Bernardo Cabral, que incorporou em seu projeto de Constituição o mandato de seis anos para Sarney. "Queremos diretas logo que terminem o trabalho da Constituinte", frisou ele.

O presidente do PT, Lula, também arrancou aplausos quando qualificou Sarney de

"vaquinha de presépio dos militares". Aproveitou para lembrar a unidade do movimento: "Os nossos adversários não somos nós, são a UDR, os militares, as multinacionais, e para vencê-los temos que estar juntos, só assim vamos garantir as diretas-88".

A campanha por eleições diretas, segundo o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, está tomando corpo. Ele alertou que o país "não pode continuar sob a tutela dos generais, que entendem dos interesses do povo como o diabo entende de orações".

Fernando Collor, após dizer que não teme as pressões do Palácio do Planalto, assegurou que Alagoas "pode morrer, mas morrerá de pé pela campanha por eleições diretas em 88".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Lula e Amazonas falam para mais de 5 mil: todo esforço pela unidade

Foto: Miriam Fichtner

Temas serão decididos em bloco

A Assembléia Nacional Constituinte começou a votar, na quinta-feira passada, na Comissão da Sistematização, o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral. O prazo previsto para essa votação vai até o próximo dia 8 de outubro, quando o projeto de constituição aprovado pela Sistematização deve ser remetido para discussão e votação pelo plenário da Constituinte.

Um acordo entre os líderes partidários definiu que a votação se dará por títulos e capítulos, tendo se iniciado pelo preâmbulo da Constituição e terminado pelas Disposições Transitórias. Esse acordo torpedeou uma das principais estratégias do governo, que pretendia pedir preferência para votar em primeiro lugar a questão do sistema de governo. Segundo as normas regimentais, cada capítulo será votado globalmente, ressalvados os dispositivos destacados, que serão votados em separado. Foram apresentados mais de 8 mil destaques ao substitutivo, o que significa que a votação poderá se prolongar por vários dias.

Os constituintes progressistas apresentaram em conjunto centenas de destaques, com o objetivo de corrigirem questões fundamentais da futura Constituição, de forma a torná-la efetivamente democrática e progressista. Essa articulação lutará na Comissão de

A ordem das votações

As lideranças partidárias estabeleceram de comum acordo um calendário provisório para as votações de cada tema na Comissão de Sistematização. É provável que este calendário sofra alterações, pois os debates frequentemente se estendem por mais de um dia. No entanto, a ordem dos debates será mantida. O calendário aprovado é o seguinte:

- 24/9 — Preâmbulo
- 25/9 — Princípios fundamentais
- 26/9 — Direitos e liberdades fundamentais
- 27/9 — Organização do Estado
- 28/9 — Organização dos poderes e sistema de governo
- 29/9 — Defesa do Estado e das instituições democráticas
- 30/9 — Tributação e orçamentos
- 1º/10 — Ordem econômica e financeira
- 2/10 — Ordem social
- 3 e 4/10 — Disposições transitórias

Sistematização para a aprovação da maioria desses destaques, estando disposta a utilizar a arma da obstrução, um instrumento de defesa das minorias, para forçar uma negociação com outros setores.

Saudação à revolução socialista

O Partido Comunista do Brasil divulgou nota saudando o 70º aniversário da revolução socialista na Rússia, cuja íntegra a **Tribuna Operária** publica a seguir:

"A 7 de novembro vindouro completa setenta anos a revolução socialista na Rússia, acontecimento histórico que confirma plenamente a teoria científica de Marx, Engels e Lênin sobre a inevitabilidade da derrocada do capitalismo e a ascensão da sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção.

Guiada pelo partido do proletariado revolucionário, dirigido por Vladimir Ilich Lênin, a revolução socialista abriu largos horizontes à humanidade e provou que a classe operária, em aliança com os camponeses, pode construir uma vida nova sem explorados nem exploradores.

"Em curto período, a revolução soviética construiu os fundamentos do socialismo, transformou o velho país atrasado dos czares em moderna e avançada nação socialista orientada pelo proletariado e seu partido de vanguarda.

"Na prova decisiva da II Grande Guerra, a revolução socialista, sob a direção de Stálin, demonstrou toda a sua pujança e a força da organização e da unidade do povo soviético. Derrotou o



pior inimigo dos povos — o hitlerismo, que pretendia subjugar o mundo e impor o regime do terror nazista por toda a parte.

"Embora traída, na década de 50, pelos revisionistas com Kruschov à frente, que abandonaram o caminho do socialismo e iniciaram a volta ao capitalismo na União Soviética, a revolução socialista de 1917 continua inspirando a luta dos trabalhadores e das massas populares que almejam livrar-se da opressão e da exploração do sistema capitalista-imperialista. Quaisquer que sejam as vicissitudes dessa luta, o socialismo científico, revolucionário, acabará triunfando em todo o mundo. Não há força capaz de deter a

marcha inexorável da história.

"O Partido Comunista do Brasil comemorará em todo o país o 70º aniversário da maior e mais profunda revolução social. Promoverá eventos variados — palestras, conferências, festejos populares, atos públicos de projeção, com ampla participação de massas e de forças políticas progressistas. Particular atenção dedicará nesses eventos à classe operária que é o setor mais revolucionário e o mais interessado na liquidação do sistema capitalista-latifundiário, associado à espoliação imperialista. Em homenagem à data circulará uma edição especial de 'A Classe Operária'".



ZONA DE EXPORTAÇÃO

Entregando o ouro

AGRICULTORES GAÚCHOS

Falidos e jogados na prisão

Os juros abusivos cobrados pelos bancos têm provocado uma "quebradeira" geral na agricultura. No Rio Grande do Sul dezenas de agricultores estão sendo processados e vários deles já foram presos por não conseguirem pagar as dívidas que subiram astronômicamente devido aos juros de quase 1.000% ao ano. Um destes camponeses falidos comenta: "Agora só tenho a mulher, as dívidas e a prisão decretada".

Na cidade gaúcha de Cruz Alta este problema atingiu maiores proporções. Nos últimos dois meses cerca de 800 ações de cobranças contra agricultores deram entrada no fórum local. Todos os casos se referiam a contratos de empréstimos bancários, tendo como garantia máquinas e implementos agrícolas. Vários camponeses foram obrigados a se desfazerem destes bens, alienados para cobrir outras dívidas, e quando cobrados pelos bancos não tinham como pagar. Assim, passaram pelo triste vexame de ficarem trancafiados na prisão, acusados de serem depositários infieis.

O juiz de Direito do município, Almedorino Furtado, já assinou mais de 40 ordens de prisão preventiva contra agricultores falidos. No início os camponeses ficaram presos por tempo integral, até que o juiz transformou a sentença em "prisão albergue": passam a noite na cadeia e são liberados pela manhã.

UM CASO EXEMPLAR

Elias Martins de Souza, 43 anos, casado e pai de quatro filhos, é um destes presos. Agricultor, antigo morador do Rasso do Inglês, Elias já foi dono de 200 hectares de terra, dois tratores, duas colheitadeiras, dois caminhões e uma boa casa de alvenaria. Hoje perdeu tudo isto, trabalha como biscateiro e mora na casa do filho mais velho. Bastante amargurado e revoltado, ele culpa os juros bancários por esta bancarrota. "Os bancos particulares convidam a gente a tomar cafezinho com o gerente, nos oferecem empréstimos, seguros, nos estimulam com falsas vantagens e terminam fazendo-nos assumir verdadeiros contratos leoninos", explica.

"Meu drama começou em 1984. De frustração em frustração senti que ia ficar sem nada", salienta Elias de Souza. Ele fez um empréstimo de 6 mil cruzeiros, em 1984, no Banco Econômico e hoje deve em torno de Cz\$ 480 mil. Também é da mesma época um compromisso com o Unibanco que lhe deixou com uma dívida acima de Cz\$ 350 mil. "Eu tentei renegociar com o Unibanco, acompanhando do meu advogado, mas não foi possível, pois ele aceitava só com mais garantias, as quais não existem mais", recorda Elias. E acrescenta: "Vendi tudo para tentar ser honesto e não deu certo. Se fosse com juros justos, eles (os bancos) estariam me devendo".

QUEM É O VILÃO

O juiz Almedorino Furtado confessa que durante seu tempo de magistrado nunca viu tantos agricultores às voltas com a Justiça. De origem rural, Almedorino procura fugir do papel de vilão nesta história toda. Ele diz estar apenas cumprindo o seu dever, já que a lei contempla com vantagens as instituições bancárias em questões de alienação fiduciária. "Os produtores não estão sendo executados como simples credores, onde para este caso poderiam se valer de uma série de recursos, mas como depositários infieis sujeitos à prisão civil", afirma.

O juiz considera uma violência recolher os agricultores ao presídio junto com criminosos comuns, quando a conjuntura econômica foi a principal responsável pela descapitalização e o descontrole destes produtores na sua atividade. "A explosão da inflação e da correção monetária após o fim do Plano Cruzado — diz Almedorino — surpreendeu com o aumento de quase dez vezes o principal das dívidas, ficando os produtores sem quaisquer condições de cumprir com suas obrigações".

JOGO DURO DOS BANCOS

O jogo duro imposto pelos bancos privados foi uma espécie de represália pelo fato dos produtores rurais haverem contestado a acusação de que os financiamentos haviam sido liberados pela simulação de compra de equipamentos agrícolas que já lhes pertenciam. Outros agricultores têm repetido diante do juiz que foram enganados pelos gerentes dos bancos que lhes pediram, na época da concessão do empréstimo, "uma garantia apenas para cumprir formalidades".

Elias Martins de Souza lembra a badalação que o governo fazia na época, "quando induzia-nos com sua famosa marchinha: plante que o governo garante". Ele diz que acreditou e hoje "sou um sem-terra, um sem-casa, sem-carro, só com a mulher, as dívidas e a prisão decretada". Bastante sofrido, Elias faz um apelo "para que nossos companheiros se unam e arranquem uma política agrícola decente, na qual o agricultor possa plantar com segurança". (da sucursal de Porto Alegre).

O Ministério da Indústria e Comércio já elaborou uma proposta de decreto-lei criando as chamadas Zonas de Processamento de Exportações, baseadas na experiência de países sul-asiáticos como Coreia, Singapura, Hong-Kong e Formosa. O projeto sugere todo tipo de vantagens para atrair investimentos de empresas multinacionais.

Não há muitas novidades em relação ao que o ministro José Hugo Castelo Branco já havia adiantado (veja TO n.º 325). Embora tenha ocorrido um pequeno retrocesso em relação às pretensões originais no que tange à informática e ao petróleo (desta vez não se faz menção ao fim das reservas nesses setores para as empresas instaladas nas zonas de exportações), a proposta pouco perdeu de seu conteúdo entreguista. É de uma generosidade extraordinária com os capitalistas estrangeiros.

PRIVILÉGIOS

As multinacionais que se in-

teressam em operar nas zonas (locais ainda a serem definidos pelo governo, provavelmente em regiões nordestinas), voltando a produção exclusivamente para exportações. Contarão com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de máquinas, equipamentos e peças de origem estrangeira, além de não pagarem Imposto de Renda por prazo mínimo de 10 anos.

O projeto do Ministério da Indústria e Comércio também exclui da lei de similaridade nacional as empresas enquadradas, isto é, elas poderão importar qualquer produto "independentemente da existência de produto nacional similar". As remessas de lucros e dividendos serão livres, não necessitarão de autorização nem pagarão Imposto de Renda.

Garante-se também o regime de liberdade cambial para as multinacionais de tais zonas, permitindo-se que elas de-

positem moeda estrangeira em bancos no Brasil e no exterior.

O ministro Hugo Castelo Branco está procurando criar um fato consumado, apresando a tramitação do projeto com a finalidade de impor a ideia a qualquer custo. Ele sabe que, mesmo no governo, não são poucos os que manifestam discordância em relação ao conteúdo de sua proposta, por alguns classificada até de "ineficaz" (esses críticos não explicam, porém, o que entendem por "eficaz").

Vários empresários, especialmente os que possuem interesses vinculados à exportação, bombardearam a ideia. O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, por exemplo, comentou que "sob o pretexto de exportar mais, o país pode ser transformado em um mero corredor de comércio, sem nenhuma retenção de capitais e tecnologia e com pouco valor agregado às mercadorias".

TERRORISMO

Confirmada culpa da direita

Durante muitos anos as forças democráticas do país sustentaram a tese de que os órgãos de repressão do Exército, aperfeiçoados nas décadas de 60 e 70 para dizimar os que se opunham ao regime militar, eram também os responsáveis pela onda de atentados que marcou os anos de 80 e 81, incendiando bancas de jornais que vendiam órgãos da imprensa popular, destruindo a bomba sedes de entidades e de jornais democráticos e espalhando mortos e feridos. Na última semana, a revelação da parte dos arquivos do general Golbery do Couto e Silva, feita pela revista "Veja" comprovou que estas suspeitas tinham sólidos fundamentos.

As cerca de 10 páginas publicadas por "Veja", contendo um grande volume de textos escritos especialmente a partir de 64, demonstra bem até que ponto a política transformou-se, durante os governos militares, em algo inacessível ao povo e monopolizado pelos grupos que se formavam no interior do aparato militar. Num momento em que a censura forçava ao silêncio todos os órgãos de informação, e em que os processos de sucessão presidencial vinham à tona apenas quando as Forças Armadas já haviam feito a eleição, Golbery valeu-se de um bilhete, enviado de sua sala na presidência da Dow Chemical, para comunicar a um amigo que Geisel seria o sucessor de Figueiredo. "As coisas vão indo bem por aqui (...) Cogite-se do futuro sucessor. Moita! É preciso não quer-

mar! Alemão", escrevia ele, antecipando uma decisão que o Código Eleitoral só tomaria a mais de dois anos após.

No entanto, a peça mais importante é sem dúvida uma carta tratando dos atentados terroristas, enviada em 1981 ao presidente Figueiredo por aquele que era então seu ministro da Casa Civil: Depois de lembrar que espalhava-se a "Convicção generalizada" de que o atentado a bomba contra Riocentro tinha origem nos órgãos de repressão, Golbery termina por endossar esta versão, ao afirmar mais adiante: "para quem sabe, como nós, (...) que tal convicção tem fundamento real mesmo, (...) exige decisão lastreada no conhecimento dos fatos."

Mais adiante, Golbery relaciona ao aparato repressivo outros crimes. "Verdade indiscutível é que um grupo radical, irresponsável e adepto de práticas terroristas (...) se não domina ou controla, pelo menos infiltra os órgãos vulgarmente chamados DOI-CODIS e desde aí (...) valendo-se de grandes facilidade e larga soma de poder, desencadeou ações terroristas múltiplas".

Como não poderia deixar de ser, a divulgação desencadeou na Justiça pedidos de revisão de todos os inquéritos a respeito dos atentados, que jamais responsabilizaram seus verdadeiros autores. Resta esperar se agora, diante de evidências tão indelévels, os fatos serão apurados e os responsáveis punidos.



CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois Os arquivos de Golbery: O DOI-CODI levou a bomba ao Riocentro

Para rico a lei é outra

Se a justiça é tão rigorosa na execução das dívidas dos pequenos e médios proprietários rurais — levando-os até mesmo à prisão —, ela é vesga quando se trata das empresas latifundiárias. O grupo Atalla, do milionário Jorge Wolney Atalla, proprietário de várias usinas de açúcar no Paraná, São Paulo e Minas Gerais, deve 350 milhões de dólares aos bancos oficiais de todo o país e não é molestado. Somente a Usina Central do Paraná, em Porecatu, no norte do Estado, há cinco anos tem cobranças nos fóruns no valor de Cz\$ 117 milhões —

pequena parcela do total da dívida. Ao contrário do que ocorreu com os agricultores de Cruz Alta, nenhum bem penhorado da Usina foi confiscado neste período. Segundo um supervisor do Banco do Brasil, Luiz Frota, "não se pode levar as usinas à leilão, porque haveria muito desemprego".

O pior de tudo é que o governo federal pretende repassar verbas do Tesouro Nacional para que este devedor contumaz pague uma dívida de 130 milhões de dólares que tem com o governo do Paraná.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O partido é um corpo vivo

Para levar a cabo sua luta revolucionária, alcançar o poder político e passar ao socialismo, o proletariado tem necessidade de uma organização de vanguarda, baseada na teoria científica marxista-leninista. Mas esta organização não nasce pronta, não é uma entidade pré-fabricada que se implanta em cada país abstratamente, independente das condições concretas. Sua construção obedece aos princípios formulados por Lênin, mas sofre as influências da conjuntura em cada momento e local.

O partido é um corpo vivo; sofre com a ação destrutiva da repressão e da propaganda contra-revolucionária da burguesia, enfrenta dificuldades devidas a inexperiência dos quadros mais jovens, padece com os equívocos cometidos na análise das diversas situações e na formulação de políticas adequadas, tropeça com a atividade antipartido de elementos no seu interior que se deixam corromper pelas classes dominantes.

Em virtude destas questões, pode ocorrer que em determinados momentos o próprio funcionamento dos organismos seja abalado. Durante a ditadura, por exemplo, as fileiras revolucionárias encontraram enormes obstáculos para se manterem estruturadas. E, recentemente, a passagem da clandestinidade para a atuação mais aberta trouxe também alterações que causaram uma certa confusão — é uma experiência pouco conhecida. Como agravante, em alguns locais ocorreram desvios do pensamento marxista, como foi o caso da orientação imprimida ao PC do B em São Paulo, pela direção do grupo social-democrata de Antônio Barbosa.

APROVEITADORES

Mas, nestas circunstâncias, quando o clima é desfavorável, qual deve ser a conduta dos verdadeiros revolucionários? Evidentemente, o único caminho é o de concentrar esforços para aplicar os critérios leninistas. É o de enfrentar as adversidades com espírito de combate, chamar à unidade, redobrar o estudo teórico, defender as direções e as bases das investidas burguesas e oportunistas.

Entretanto, o ambiente de certa desorganização é também terreno fértil para o desenvolvimento de vacilações pequeno-burguesas. Elementos com tendências "independentistas" aproveitam as dificuldades para aprofundar as divergências, espalhar dúvidas e acusações, estabelecer contatos paralelos por todo lado, fazer valer a "sua política" em detrimento da política do partido. "As células não funcionam corretamente", dizem eles, para justificar sua intromissão por todo lado. "Não temos vida orgânica regular", argumentam como pretexto para criticarem tudo e todos em bate-papos de esquina.

Depois da Revolução Socialista de 1917, os bolcheviques enfrentaram três anos de sabotagem armada dos contra-revolucionários apoiados pelos imperialistas. A organização da economia era evidentemente uma tarefa difícil. O poder soviético, ainda muito débil, encontrava mil obstáculos. Aproveitando-se disto, surgiram no Partido Comunista grupos ditos de "oposição operária" do "centralismo democrático" e outros. Lênin, no X.º Congresso do partido, mostrou que seria intolerável manter esta atividade fracionista e exigiu a imediata dissolução de todos os grupos, sob pena de expulsão dos reincidentes.

A partir do X.º Congresso pode-se afirmar que, no fundamental, estavam consolidadas as bases do partido de tipo novo, construídas na luta contra as concepções oportunistas desde 1898. (Rogério Lustosa)

EVOLUÇÃO

A vida pisa solo firme

A Teoria da Evolução tem enorme importância para a Biologia e ciências afins em todos os seus aspectos. Mas para o grande público, o que mais interessa é o conhecimento do curso da Evolução e o estabelecimento da árvore genealógica da espécie humana. Este estudo é feito basicamente pelo registro fóssil e pelo estudo dos animais contemporâneos. Segundo a teoria evolucionista, animais modernos, parecidos uns com os outros, têm um ancestral comum e todos os seres descendem de seres vivos muito antigos e rudimentares, verdadeiramente transicionais entre a matéria inanimada e a forma superior vivente.

A vida em nosso planeta é bastante antiga. Calcula-se a idade da Terra em 4,5 bilhões de anos. A Micropaleontologia identificou restos de bactérias e algas cianofíceas em rochas de mais de 3 bilhões de anos na África do Sul. Estes seres unicelulares primitivos já constituíam formas de vida bastante avançadas. Sobre tipos de vida pré-celular, suas formas e sua idade, nada sabemos, pois não deixaram qualquer registro fóssil.

Durante o período Pré-Cambriano (acima de 600 milhões de anos atrás) predominaram poucas formas de vida: além das algas e bactérias, celenterados (corais, medusas, anêmonas do mar) e Anelídeos (vermes segmentados, parecidos com a minhoca). Estes dois últimos, constituídos de animais multi-celulares. É importante ressaltar que a vida surgiu no mar e até esta época

gem da vida marinha para a terrestre. Os anfíbios descendem dos peixes e o animal de transição foi um tipo bastante primitivo de peixe denominado crossopterigiano. Estes peixes possuíam nadadeiras lobadas que foram a origem dos membros rudimentares dos primeiros anfíbios, bem como uma bexiga natatória especial que foi a origem dos pulmões, estruturas essenciais para a vida terrestre. O esqueleto e o crânio dos crossopterigianos são notavelmente semelhantes aos primeiros anfíbios, os labirintodentes, o que torna esta transição um dos fatos melhor documentados de todo o registro fóssil.

Esta transição começou a ocorrer há 355 milhões de anos (período Mississippiano). Os anfíbios modernos (sapos e salamandras, por exemplo) surgiram co-

Animais trocam a água pela terra

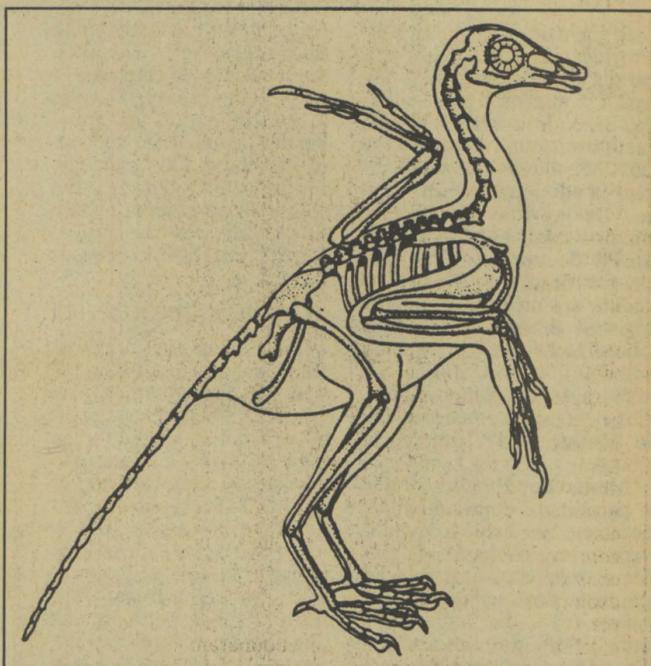
mo descendentes dos labirintodentes bem mais tarde e pouco se parecem com aqueles, que eram mais parecidos com os répteis a quem também dariam origem.

Os anfíbios porém possuíam duas deficiências fundamentais para sua adaptação à vida terrestre: sua pele não impedia a perda de água e só podiam se reproduzir na água, o que fazia com que eles não pudessem viver totalmente longe dela. Estes dois obstáculos foram superados pelos répteis.

A transição entre os anfíbios e os répteis não é tão clara como dos peixes para os anfíbios, porque as principais diferenças entre os mesmos não foi entre aspectos do esqueleto, mas sim no modo de reprodução. Os répteis desenvolveram a reprodução através dos ovos de casca, que podiam ser depositados em terra, livres dos predadores aquáticos. Seres intermediários não são aceitos por todos os cientistas, justamente pela grande semelhança e a impossibilidade de sabermos o seu modo de reprodução.

Os primeiros fósseis diferenciados de répteis datam de 310 milhões de anos (período Pensilvaniano), identificados como cotilossauros. Os répteis sofreram uma grande irradiação adaptativa, dando origem a um grande número de gêneros e espécies e tornando-se os animais dominantes durante quase duas centenas de milhões de anos. Mas a principal importância dos répteis, que hoje perderam sua dominância para os mamíferos, foi dar origem a estes e às aves.

Durante o período Jurássico (início há 181 milhões de anos), as aves se diferenciaram a partir dos répteis. O elo de transição foi uma ave conhecida como archaeopteryx, cuja forma era tão semelhante aos répteis que se não houvesse ficado a impressão das penas, certamente seria classificada como réptil e não como ave. Estas aves primitivas possuíam



Archaeopteryx, forma intermediária entre os répteis e as aves

dentadas, que posteriormente evoluíram para bicos. As aves são animais de "sangue quente", característica em comum com os mamíferos, e constitui uma diferença fisiológica fundamental dos répteis, porém com diversas adaptações para a locomoção pelo ar.

Os mamíferos surgiram também no Jurássico, admitindo-se que descendam de alguma espécie de réptil terapsídeo (répteis com algumas características anatômicas de mamíferos). Os primeiros fósseis bem diferenciados de mamíferos são de animais semelhantes ao atual musaranho (mamífero insetívoro). Aqui é novamente importante, para compreender a descendência, o estudo de animais atuais que não têm registro fóssil, como os mamíferos mais primitivos existentes e que pertencem à ordem Monotremata.

O exemplo clássico é o ornitorrinco que, apesar de mamífero, põe ovos como os répteis e aves, tem um bico semelhante ao do pato, tendo porém pelo, sangue quente e amamentando seus filhotes tal como os demais mamíferos. O ornitorrinco, aliás, com sua combinação exótica de aspectos semelhantes aos répteis, aves e mamíferos num mesmo animal, é uma excelente demonstração de que a Evolução e a Seleção Natural, ao contrário do que pretendem os religiosos evolucionistas, não obedece a qualquer direção divina no sentido de chegar ao homem. Os mamíferos aperfeiçoaram-se, desenvolveram o sistema de gestação placentária, em que os filhotes chegam ao exterior já completamen-

Parentes distantes da raça humana

te formados. Por sua superioridade, os mamíferos se tornaram os animais dominantes na superfície terrestre, sofrendo extensa irradiação adaptativa, responsável pela imensa quantidade de espécies que hoje existem.

Dentre as diversas ordens de mamíferos, interessa-nos principalmente a dos Primatas, porque nela está incluído o homem. Os primatas mais primitivos parecem ter sido animais semelhantes aos atuais lêmures e tarsiões. Os primatas mais desenvolvidos estão incluídos na subordem Antropoidea, compreendendo os macacos e o homem.

Os detratores da Teoria da Evolução, quase sempre religiosos, difundiram entre o grande público que Darwin teria afirmado que o homem descende dos macacos atuais. Tal inverdade facilitaria o combate à teoria evolucionista. O que é verdadeiro é que tanto o homem, como os grandes macacos atuais, têm um ancestral comum. As pesquisas paleoantropológicas indicam que o ancestral comum é um primata do Mioceno (entre 25 e 11 milhões de anos atrás) denominado driopiteco. Este gênero possuía várias espécies. Uma delas deu o ramo que levou ao homem. Outras deram os ramos dos grandes macacos atuais.

Como se vê, os grandes macacos atuais poderiam no máximo ser considerados "primos distantes" dos seres humanos. Tal como nós, são produtos finais de uma longa linha evolutiva e, por-

tanto, sem possibilidade filogenética de se transformarem em seres humanos. Esta impossibilidade, perfeitamente explicável e compreensível, é freqüentemente utilizada como contra-argumentação de adversários da Teoria da Evolução. Ela parte de uma premissa falsa: nossa pseudodescendência dos macacos atuais; e se baseia num argumento igualmente falso e anticientífico. Os produtos finais da evolução, altamente adaptados e resultado de muitos milhões de anos de trabalho da natureza, como os grandes macacos e o homem, dificilmente acumulariam novas mutações para transformarem-se em seu parente distante. E mesmo se tal evento pudesse ocorrer, nunca se daria num espaço de tempo

Pá de cal nas superstições

observável por qualquer ser humano.

Já separados dos grandes macacos, nosso mais longínquo ancestral foi o Australopithecus, um primata que surgiu por volta de 4 milhões de anos, já apresentando algumas características do homem. De alguma de suas espécies emergiu o gênero Homo há cerca de 700 mil anos atrás. Alguns cientistas propõem uma série de seres intermediários entre os australopitecos e os Homo, não havendo concordância total entre os especialistas. Os cientistas concordam, entretanto, que a partir do surgimento do Homo Erectus houve uma evolução direta para o tipo Homo Sapiens, sem a diferenciação em várias espécies. São portanto anticientíficas e de cunho racista as idéias de evolução de várias espécies de Homens, cuja conclusão lógica seria a da existência de Homens superiores e inferiores, tão ao gosto dos nazistas.

A emergência do Homo Sapiens por volta de 40 mil anos atrás modificou profundamente não só sua própria evolução, mas a de todos os demais seres vivos. Surgiu um animal capaz de ter consciência de si mesmo e de modificar profundamente o meio ambiente adaptando-o a seus interesses e freqüentemente tornando-o desfavorável a outras espécies. Em relação à sua própria evolução, o homem alterou profundamente os mecanismos da Seleção Natural, deixando de ser um produto passivo do meio ambiente e passando a ser sujeito de seu próprio destino. Construiu uma civilização tecnológica, chegando a sistemas sociais avançados como o Socialismo. O que o futuro nos reserva, ainda não sabemos. Mas já conhecemos agora de onde e como surgimos, sem precisar do auxílio de lendas da criação do mundo, como a do Gênesis, para acalmar nossas indagações sem resposta. (José Augusto Mochel, professor de Farmacologia)

Errata

No artigo "A dialética da evolução", publicado na T.O. nº 326, é necessário complementar que Watson e Crick descobriram a estrutura do DNA, pelo que ganharam o Prêmio Nobel. As mutações já eram fenômenos conhecidos a época.

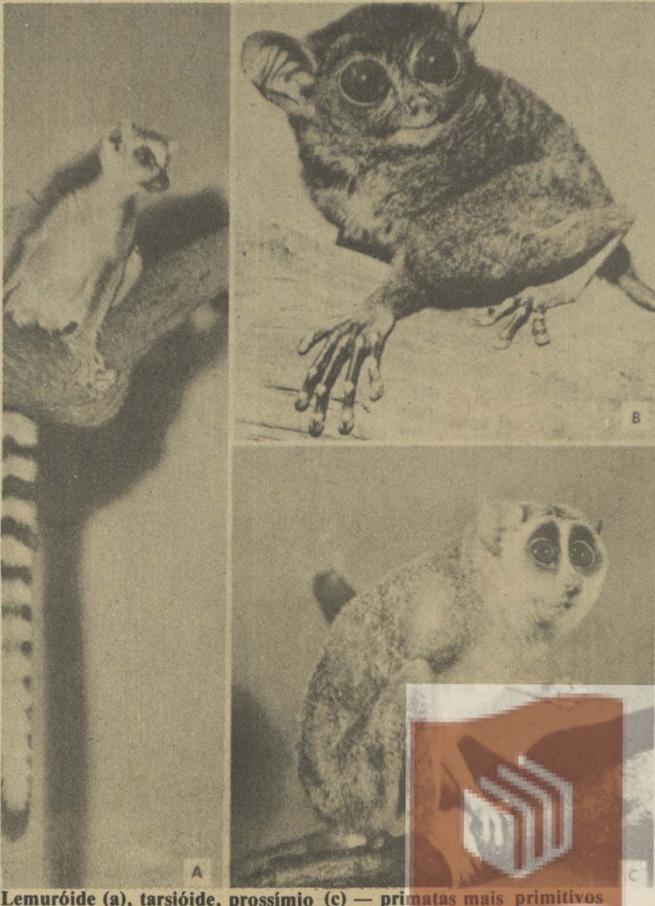
Diversificação das espécies

ca, todas as formas de vida estavam restritas aos mares.

No começo do período Cambriano (há 600 milhões de anos) diversificou-se a vida em milhares de espécies, constituindo "a explosão cambriana". A causa deste fenômeno para muitos pesquisadores foi a mudança da atmosfera terrestre, que passou a ter oxigênio mais abundante, resultante da fotossíntese vegetal. Durante cerca de 100 milhões de anos os seres vivos predominantes foram os invertebrados marinhos.

Os vertebrados surgem há 500 milhões de anos (período Ordoviciano). Não há registro fóssil de seres intermediários entre invertebrados e vertebrados. Mas a suposição de que os cordados sejam tal elo é feita pelo estudo do Anfioxus, um animal moderno que poderia ser o precursor dos peixes primitivos. Estes são os primeiros vertebrados.

Os primeiros animais a deixarem a vida marinha e colonizarem a superfície terrestre foram os insetos, precedidos pelas plantas. Mas a transição mais importante foi a dos vertebrados. Os anfíbios foram os animais vertebrados que fizeram esta passa-



Lemuróide (a), tarsióide, prossímio (c) — primatas mais primitivos

DE OLHO NO LANCE

Jogo da UDR

Ouvir a UDR com a mesma atenção dedicada aos sem-terra e aos posseiros — esta foi a promessa de Jäder Barbalho ao assumir o Ministério da Reforma Agrária.

Já é um mau começo. Os latifundiários têm o monopólio da propriedade da terra, são ricos e estão armados. Constituem o obstáculo maior à realização de qualquer medida em favor da reforma agrária. E a UDR vai se configurando, cada dia com maior nitidez, como um embrião de partido fascista. Como é que esta gente, inimiga do progresso, pode ser tratada da mesma forma que os camponeses, que são despossuídos, pobres e estão desarmados? A imparcialidade, diante de uma desigualdade tão flagrante, equivale à cumplicidade com os poderosos.

Mas esta suspeita se transforma em certeza quando o próprio Jäder se declara proprietário rural. Tem, no Estado do Pará, seis mil hectares de terras. É latifundiário. Como é que se pode esperar alguma coisa favorável a qualquer alteração na estrutura fundiária de um cidadão com todas estas características?

A reforma agrária, objetivamente, só pode ser realizada contra os latifundiários e, principalmente, contra a UDR. Tentar fugir desta realidade conduz inevitavelmente a fazer o jogo do latifúndio.

PREVIDENCIÁRIOS

Paralisação se alastra

A greve dos funcionários da Previdência Social, iniciada no dia 17 de setembro, continua a se alastrar e ganhar força. Segundo avaliação do comando nacional, cerca de 85% dos 235 mil previdenciários do país já aderiram ao movimento. Os grevistas reivindicam um piso salarial de Cz\$ 15 mil; 96,4% de reposição, extensão da gratificação de 80%, concedido aos médicos e odontologistas, a toda a categoria, oficialização das seis horas de trabalho; e participação na elaboração do plano de salários e cargos encomendado pelo Ministério da Previdência Social.

Mesmo nos Estados em que a paralisação começou fraca, como em São Paulo, o quadro vem se invertendo a cada dia. De acordo com a associação paulista dos servidores, na quarta-feira, dia 24, a greve atingia 95% dos funcionários do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), 70% do Iapas (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social) e 55% do Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social). Ela também cresceu no interior, afetando 19 municípios do Estado. Os dados fornecidos pelas superintendências dos órgãos da Previdência coincidiam com as informações do comando.

À nível nacional, o movi-

mento também teve o efeito "bola de neve". Começou com a adesão de cerca de 14 Estados, mas agora já atinge 19. Espera-se para os próximos dias a adesão de dois novos Estados — Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Em todos os locais os grevistas tem feito triagem dos usuários para atender apenas os casos de emergência.

POSTURA ARROGANTE

O movimento dos previdenciários por melhores salários e condições de atendimento à população conta com o apoio de um amplo leque de forças. Além da CGT e CUT, os partidos de oposição (PC do B, PT, PDT e PSB) tem procurado resolver o impasse. No próprio PMDB, os setores mais progressistas tentaram interferir no sentido de forçar o ministro Raphael de Almeida Magalhães a reabrir as negociações.

Mas até agora o Ministério da Previdência Social tem se mostrado inflexível e mesmo arrogante. Por duas vezes suspendeu as negociações com os previdenciários e agora parte para a retaliação. Exonerou mais de 25 servidores dos cargos de chefias e demitiu três grevistas. Também anunciou o corte do ponto dos funcionários e se recusa a retomar as conversações. "Não haverá diálogo enquanto eles não de-

sistirem do movimento", afirmou, na terça-feira, o porta-voz do ministério.

Reunido neste final de semana, em Brasília, o comando de greve considerou "insatisfatória" a contraproposta do

ministro de antecipação salarial de 100% em quatro parcelas mensais a partir de outubro. Diante da radicalização do governo nas negociações, as assembleias estaduais decidiram reforçar o movimento.



Posto de atendimento na capital paulista totalmente paralisado

CAMPANHA DOS BANCÁRIOS

Preparando a greve do dia 29

No próximo dia 29, terça-feira, os bancários do país inteiro deverão entrar em greve por tempo indeterminado. Esta foi a principal deliberação do Encontro Nacional realizado em São Paulo, no último dia 19, que reuniu cerca de 1.500 lideranças da categoria. Após analisar os reflexos do acordo em separado do Banco do Brasil, julgar a irrisória contra-proposta da Fenaban (Federação dos Banqueiros) e medir o clima de mobilização no restante da base sindical, o

encontro decidiu esquentar os motores para a paralisação nacional, decretando "estado de greve".

Também ficou acertada a realização do Dia Nacional de Preparação da Greve, no dia 24, com manifestações de rua e paralisações parciais em vários Estados. Em São Paulo foi convocada uma passeata para o centro da capital. Por último, no dia 28 serão feitas assembleias por todos os sindicatos que participam da campanha salarial unificada.

MOBILIZAÇÃO AUMENTA

A categoria bancária, que tem data-base em 1º de setembro, reivindica 86% de reajuste, para repor as perdas salariais acumuladas desde setembro passado, e mais 15% de produtividade. Mas os banqueiros, que tiveram enormes lucros no último semestre, não têm se mostrado nem um pouco flexíveis nas negociações. Sua última contraproposta

prevê um aumento global de apenas 14,8% e a Fenaban aposta no impasse da campanha.

A entidade máxima dos bancos particulares rejeitou, inclusive, as propostas de conciliação feitas pela justiça do trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, por exemplo, sugeriu numa audiência entre as partes um reajuste de 46,3%, após analisar a lucratividade do setor e comprovar as possibilidades reais de conceder o aumento. Os representantes patronais simplesmente recusaram a proposta e nem contra-argumentaram. O acordo feito pelo Banco do Brasil (fixando em 44,56% o reajuste) também foi desconsiderado pela Fenaban e por outros bancos estatais.

Diante desse quadro, aumenta a revolta na base e a mobilização dos sindicatos. Nos últimos dias ocorreram algumas paralisações parciais em agências, como no Itaú e no Safra de Brasília. No caso dos bancos estatais é maior a disposição de luta e a organização. No dia 17 os funcionários da Caixa Econômica Federal pararam por uma hora em todo o país, obrigando a direção do estabelecimento a reabrir as negociações e melhorar sua contraproposta. No Banespa houve uma manifestação de advertência.



Cerca de 1.500 lideranças sindicais participaram do Encontro Nacional que aprovou a greve

CONSELHO DA CGT

A derrota do "Velho peleguismo"

A reunião do Conselho Nacional da CGT, realizada no último dia 19 em Brasília, apresentou uma importante vitória do sindicalismo brasileiro. Ela afirmou a linha ampla, democrática e combativa da central sindical, conforme as resoluções do seu congresso de fundação em 1986, e condenou as ações e declarações apelegadas dos encabeçadores do chamado "novo sindicalismo". Antônio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e principal articulador dessa corrente de direita, não conseguiu impor suas concepções na central.

Os líderes do "novo sindicalismo" — também batizado de "velho peleguismo" — já previam a derrota na reunião do conselho. Após a vitória de Luiz Antônio Medeiros nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pensaram que poderiam empolgar a CGT com suas teses imobi-

listas e patronais. Mas com o resultado da greve geral de 20 de agosto, do pleito dos metalúrgicos do Rio de Janeiro e a própria evolução da conjuntura política, perceberam que não tinham espaço. Tanto que boicotaram a reunião do conselho.

Os integrantes do conselho da CGT avaliaram como positiva a greve geral convocada unitariamente pelas centrais. Apontaram também suas debilidades, destacando o papel de sabotagem dos sindicalistas do grupo de Magri. Algumas CGTs estaduais inclusive enviaram mensagens de repúdio à conduta desses dirigentes. Luis Carlos Schulte, presidente da central no Rio Grande do Sul, apresentou um abaixo-assinado com a adesão de mais de 100 sindicatos criticando Magri, Luis Antônio e Ricardo Baldino.

Outras decisões

A reunião também enfati-

zou a necessidade da participação política do movimento sindical, da pressão sobre a Constituinte. No final foi formada uma comissão de dirigentes da CGT que deverá "acampar" em Brasília para

interferir nas votações da Comissão de Sistematização. No terreno organizativo aprovou-se a realização de uma Plenária Sindical Nacional para discutir os rumos da central. A data indicativa é de 30 de janeiro.



BANCÁRIOS — RS

CUT derrotada

Numa votação consagrada, a Chapa 2, Movimento de Ação Sindical Bancária, derrotou no segundo turno a chapa da situação, apoiada pela CUT e PT, no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Foram 4.842 votos para a 2, 3.377 para a 1 e 1.171 para a 3. A vitória da chapa 2 foi aplastante nos principais bancos.

A composição da nova diretoria é ampla, pluripartidária, com a participação de lideranças do PC do B, PSB, setores do PT e PCB. Os métodos sectários e cupulistas da atual diretoria e a partidização da entidade pelo PT foram alvo de virulentas críticas. Ainda que em seu programa não questione a atual filiação à CUT, a chapa vencedora defende a reunificação do movimento sindical.

Desde a fundação do PT o sindicato foi controlado por este partido. Com o surgimento da CUT em 83, a entidade dos bancários serviu de sede para a CUT-RS. Seu enorme parque gráfico sempre foi a retaguarda de todas as posições sindicais apoiadas pela CUT e da própria CUT e do PT. Trata-se de um dos principais sindicatos gaúchos, com 18 mil filiados em oito municípios da Grande Porto Alegre.

SINDICALISMO CLASSISTA

Para Felipe Nogueira, presidente eleito do sindicato, resultado da eleição "significou a vitória de um sindicalismo classista que luta pela reunificação do movimento sindical a nível nacional e que defende

uma postura de respeito a todas as concepções político-sindicais existentes no seu seio, garantindo seu caráter pluralista. Significa, ainda, a abertura do sindicato para todos os bancários e a retomada de um trabalho amplo e sério em defesa dos interesses da categoria".

Segundo Mauro Salles Machado, também integrante da chapa vencedora, "a ampliação da diferença de 765 para 1.466 votos se deveu ao repúdio da categoria ao rebaixamento do nível da campanha pela Chapa 1 que, no desespero, partiu no segundo turno para o anticomunismo e os ataques pessoais. O que foi derrotada não foi uma diretoria, mas toda uma concepção sindical estreita e sectária".

TRAPAÇAS

A chapa da situação fez de tudo para evitar a derrota. Negou-se a fornecer, dez dias antes do pleito, a listagem de votantes. Criou 62 urnas (diversas com menos de 100 votantes) para dificultar o preenchimento de mesários e fiscais pela oposição. Mudou, no segundo turno, diversas listas de votação e até o itinerário das urnas. Retirou das listas mais de 150 votantes nos colégios eleitorais da chapa 2 — inclusive o nome de um dos integrantes da chapa. Até uma mesária da Chapa 1 foi flagrada tentando violar uma urna... Tudo em vão. Os bancários venceram.

(Rose Castilhos)



Alvaro, candidato a presidente pela Chapa 2, "Unidos somos força"

BANCÁRIOS — BA

A força da união

Serão realizadas, de 19 a 22 de outubro, as eleições do Sindicato dos Bancários da Bahia, uma das mais respeitadas entidades da categoria, em função de sua atuação na organização e mobilização nas greves. Até o fechamento desta edição, duas chapas estavam inscritas. Uma encabeçada pelo atual presidente, Beraldo Boaventura, e outra encabeçada pelo vice, Alvaro Gomes — "Unidos somos força", Chapa 2.

A Chapa 2 foi formada num processo amplo de discussão com a categoria, através das lideranças e dos delegados sindicais, numa convenção com mais de 300 bancários. Funcionários de 13 bancos a integram, e a "Unidos somos força" é apoiada pela CUT e pela CGT.

Seu compromisso é dar continuidade ao trabalho da diretoria na luta contra o governo e os banqueiros, e aprofundar a organização nos locais de trabalho, boicotada por diretores que hoje estão na Chapa 1.

Os componentes da chapa de Beraldo têm usado de todas as formas para ludibriar a categoria, desrespeitando decisões dos delegados sindicais, de assembleias, de congressos. Com isso emperram a organização dos bancários e ferem profundamente a democracia sindical.

A denúncia desse comportamento e o enraizamento nos locais de trabalho são os principais trunfos da Chapa 2, "Unidos somos força" para o pleito sindical.

ABRASIVOS — ABC

Chapa de luta

Os votos da Bombril, em São Bernardo do Campo, com mais de 2.500 operários, decidirão nos dias 28, 29 e 30 o futuro do Sindicato dos Abrisivos de São Paulo. O sindicato compreende vários outros municípios da Grande São Paulo, porém nenhuma outra empresa chega a reunir 500 operários.

A Chapa 1, encabeçada pelo atual presidente, Carlos Alberto Pedrosa, o Carlinhos, é uma chapa de renovação. Carlinhos procurou os núcleos mais ativos dos trabalhadores da Bombril e formou com eles uma chapa saída das lutas de fábrica. Entre os seus integrantes, destacam-se ex-metalúrgicos, como José Carlos da Silva, Carlos Alberto da Silva, o Carlião, ou Quenes Menezes, o Mineirinho. A marca da

combatividade também prevalece nos elementos de outras fábricas, inclusive um índio guarani, Uruga. A nível partidário, a chapa compreende militantes do PT, PC do B e uma maioria de independentes.

Já a Chapa 2 representa uma coligação entre a Federação dos Químicos de São Paulo (ala direita da CGT) e um certo João Manoel, diretor da empresa Bombril e vereador (PMDB-SBC), que inclusive representa o patronato nas negociações com o sindicato.

"Não se trata — comenta José Carlos, da Chapa 1 — de uma disputa entre duas correntes de pensamento sindical. Estamos enfrentando uma dura batalha contra uma chapa nitidamente patronal". (Bernardo Joffily)

MOVIMENTO ESTUDANTIL

É hora de voltar às ruas

Às vésperas do congresso que comemora o cinquentenário da União Nacional dos Estudantes, o secretário de relações internacionais da entidade, Augusto Madeira, prevê: o evento pode marcar o início de um novo período de grandes mobilizações políticas da juventude.



Maidea: a mobilização cresce nas crises

Todos os anos um contingente de cerca de 3 mil universitários abandona por uma semana seus estudos e se reúne em algum local do país para participar da longa série de debates políticos que compõem o Congresso da UNE. As discussões são invariavelmente acirradas, os membros do Congresso, eleitos anteriormente em suas escolas para representar os demais colegas, não deixam de enfrentar dificuldades: depois de horas ou mesmo dias de viagem em ônibus desconfortáveis, acomodam-se em salas de aula e alimentam-se com a comida insípida dos "marmiteix". É comum passarem duas ou três noites em claro, resolvendo assuntos que não foram liquidados durante o dia. Tudo isso com uma única mas sem dúvida tentadora compensação: dotar a entidade nacional dos universitários de uma plataforma política que a oriente por mais um ano e eleger sua nova diretoria. A satisfação é sempre redobrada para aqueles delegados que ao final do encontro vêm apro-

vadas as propostas que defendiam desde o início e vêem eleitos colegas das correntes políticas com que simpatizam. Mas além de representar a reedição desta autêntica festa política estudantil, o Congresso de 1987, que se realiza nos próximos dias 10, 11 e 12, na cidade de Campinas (SP), está cercado de uma expectativa especial. Exatamente no ano em que a UNE completa 50 anos de existência, ela tem pela frente dois enormes desafios: primeiro, recuperar a enorme influência política de que desfrutou durante a maior parte de sua existência, e segundo, pôr definitivamente um ponto final nas tentativas de dividir a entidade, que se esboçavam há anos e que assumiram grande virulência em 1986, quando correntes políticas derrotadas no processo eleitoral ameaçavam não reconhecer a atual diretoria.

Para o estudante pernambucano Augusto Madeira, que é diretor de relações internacionais da UNE e se tornou no último ano uma das lideranças

mais conhecidas do movimento estudantil, a solução para ambos os problemas está, acima de tudo, na retomada da mobilização dos estudantes em torno das campanhas políticas mais gerais.

Madeira ressalta que o país vive um momento particular de sua história política: "A Constituinte tem mostrado que existem visões antagônicas a respeito da solução da crise brasileira. Não há conciliação possível. Mais cedo ou mais tarde, o país terá de optar, ou por mudanças profundas em suas estruturas ou pela adoção de um modelo ainda mais dependente e mais concentrador de renda que o atual".

Em seguida, ele lembra que nos instantes de grandes viradas políticas a manifestação dos estudantes assume características especiais: "Quem analisar com atenção a história da participação política da UNE verá que ela nunca foi algo linear, mas sempre teve altos e baixos. As grandes mobilizações ocorreram justamente nas épocas das grandes decisões nacionais. É o caso de luta contra o nazi-fascismo e pela entrada do Brasil na 2ª Guerra; da campanha pelas reformas de base e em defesa da cultura nacional, no início dos anos 60; da resistência ao golpe de 64 e das grandes passeatas de 77 a 79 pelo fim da ditadura, pela anistia e a Constituinte.

O diretor de relações internacionais da UNE já tem idéias desenvolvidas a respeito dos temas que podem desencadear esta mobilização. "Os setores progressistas conseguiram chegar a pontos impor-

tantes de unidade na Constituinte. Esses pontos refletem aspirações populares importantes, e encontrarão eco entre os estudantes. São principalmente a luta por diretas em 88, pondo fim ao governo reacionário de Sarney, e por garantir uma Constituinte progressista, que inclua particularmente o ensino público e gratuito, o fim do militarismo e a afirmação da soberania nacional".

Madeira tem também posições consolidadas a respeito da nova direção da UNE: "Estamos empenhados em formar uma diretoria que reúna um amplo leque de forças, com membros dos partidos progressistas e estudantes sem partido. Nosso único critério é que estas forças estejam dispostas a mobilizar os estudantes para a luta política progressista e que assumam o compromisso de lutar pela unidade da UNE, liquidando de vez com as tentativas de divisão".

Ao longo da entrevista, Madeira acabou detalhando para a **Tribuna Operária** algumas das propostas que a diretoria da UNE apresentará ao Congresso. Um item destacado é o extenso calendário de comemoração dos 50 anos, que inclui a reconstrução da sede da entidade, na Praia do Flamengo. No final, porém, voltou a insistir no que considera a tarefa essencial do evento: "Eu acho que a melhor maneira de comemorarmos o cinquentenário é um compromisso dos estudantes em ocuparem novamente as ruas na defesa das transformações profundas de que nossa sociedade necessita. Eu tenho certeza que sairemos do Congresso com este compromisso". (Antonio Martins)



Altair denuncia provocação do MR-8

SECUNDARISTAS

Defesa da UBES

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) acaba de realizar, nos dias 17, 18 e 19 últimos, em Uberlândia, o seu 9º Conselho de Entidades Gerais (Coneg). A reunião visava dar continuidade ao Congresso da UBES que, como se recorda, foi prejudicado pela intoxicação de quase todos os delegados. O Coneg indicou a realização do novo Congresso da entidade no primeiro semestre de 88 e aprovou orientações políticas importantes para os estudantes secundaristas.

Em particular, foi reforçada a oposição intransigente dos estudantes ao governo Sarney e a formação de comitês por diretas em 88 nas escolas. Os delegados manifestaram-se pela suspensão do pagamento da dívida externa e apoio à reforma agrária. Para pressionar a Constituinte, os secundaristas organizarão caravanas à Brasília durante a votação na Comissão de Sistematização. Ficou acertado também a realização do 5º Seminário de Reforma Curricular, que deve ser preparado com encontros nas escolas em todos os Estados.

AÇÃO DA DIREITA

O presidente da UBES, Altair Enes Lebre, ouvido pela **Tribuna Operária**, alertou os estudantes para a ação divisionista que forças de direita, encabeçadas pelo grupo do MR-8, desenvolvem visando confundir os secundaristas e sabotar suas entidades reconhecidas e representativas.

Segundo Altair, provocadores liderados pelo MR-8 compareceram ao Coneg, inventa-

ram um pretexto para tumultuar os trabalhos — recusando-se a pagar o credenciamento dos delegados — e retiraram-se, tentando arrastar algumas entidades. O plano não deu certo. Mesmo assim, arrebanhando pessoas trazidas de alguns Estados, sem nenhuma representação, que nem eram delegados de escolas, organizaram uma auto-intitulada "reunião nacional" e criaram uma entidade fantasma para competir com a UBES.

"A chave para entender esta atividade de sapa" — diz Altair — "é o reboque desta gente diante do governo. São sarneysistas, estão a serviço da reação e pagos com verbas oficiais. Enquanto todos os estudantes encontram mil dificuldades para levar seus delegados aos encontros nacionais, a 'turma do 8' tem ônibus à vontade, anda em caravana por todo o país. Sua atividade é semelhante à dos Magri e Medeiros no movimento sindical".

O presidente da UBES mostra ainda que vem de longe a tentativa de divisão da entidade. "Em 1986, a direita guiada pelo MR-8 tentou criar entidades fantasmas estaduais em Sergipe e no Rio de Janeiro. Este ano já fez a mesma coisa em Brasília e no Amazonas. É um trabalho planejado. Só não cumpre seus objetivos porque os estudantes sabem distinguir suas verdadeiras entidades, como a UBES, com décadas de atividade democrática à frente dos secundaristas, junto ao movimento popular, destas picaretagens compradas pelo governo".

DOMITILA CHUNGARA

A luta não é só dos homens

Domitila de Barros Chungara, que se tornou conhecida em nosso país através do livro "Se me Deixam Falar", esteve no Brasil e falou à TO contando um pouco de sua experiência de luta

"Já estive no Brasil em 1982. Naquela ocasião não sabia nada sobre este país. A única coisa que víamos na Bolívia eram filmes sobre o carnaval e sobre Pelé. Hoje sei que aquelas imagens não corri-

respondiam à realidade do povo. Os brasileiros enfrentam as mesmas dificuldades que nós bolivianos: dívida externa, desemprego, fome, miséria. Vocês, por outro lado, só conhecem da Bolívia as drogas. Ou então os golpes de Estado. É isso que se fala sobre meu país. Nada sobre a luta do povo.

Temos um país rico. Já fomos o segundo exportador de estanho do mundo, depois da Malásia. E no entanto, vivemos na miséria. Os governantes culpam o povo pela miséria, argumentando que somos índios e analfabetos. Somos índios mesmo — 70% da população é de origem quechua e aymará. Mas nos orgulhamos disto. E se analfabetos é porque nunca tivemos quem nos ensinasse. Os governantes não se preocupam com isto. Trabalhamos muito, nas minas e nas fábricas e fazemos a riqueza da Bolívia.

Os governantes culpam também as mulheres por terem

muitos filhos. E tentam nos esterilizar. Eu mesma tive 11 filhos mas só 7 estão vivos. O problema não é da população é sim da falta de condições de sobrevivência. Nossos filhos morrem aos milhares, antes de um ano de idade.

O povo reage a isto procurando se organizar. Os operários estão filiados à COB, que é suprapartidária. As mulheres também se organizam. No começo foi difícil. Elas achavam que a luta era só para os homens. Mas fomos aprendendo. Quando nossos maridos foram presos, fizemos uma greve de fome nacional de nove dias.

Hoje, além do Comitê de Donas-de-Casa, existem os clubes de mães, A União de Mulheres e a Frente Democrática. As mulheres estão despertando. Um número crescente participa das lutas. Mas ainda há muito o que fazer até que meu povo seja libertado. (Entrevista a Olívia Rangel).



Domitila, sentada, com a diretoria da União de Mulheres de Campinas

Mulheres se organizam

A União de Mulheres de Campinas inaugurou, no último dia 13, mais um núcleo no Jardim Shangai — onde o povo ocupou 567 moradias, num processo de luta que vem desde 1984.

O objetivo da descentralização das uniões de mulheres é a ampliação do movimento, elevando a consciência das mulheres em relação a seus direitos no lar e no trabalho e facilitando sua participação nas lutas mais gerais do povo brasileiro. Além deste núcleo, já está em atividade outro, no Parque Universitário e, no

mês de outubro, já está marcada a fundação de outra entidade no Dic I.

Na reunião do Jardim Shangai, esteve presente a mineira boliviana Domitila Chungara, que passou uma semana em Campinas, representando o Comitê de Mulheres da Bolívia, ligando as lutas de seu país.

Também compareceu ao encontro, Inez Pupo, da revista Presença da Mulher, recolhendo experiências e difundindo os ensinamentos do encontro nacional da corrente emancipacionista realizado em julho, no Rio de Janeiro.

VÍDEO PREMIADO

A luta pela terra

O vídeo sobre a "Chacina do Sarampo", conflito de terra que resultou na morte de oito pessoas, há dois anos, na região de Canavieiras, na Bahia, recebeu, em agosto, o prêmio especial do 1º Concurso de Vídeo Terra do Brasil — promovido pela Unicamp e pelo ministério da Reforma Agrária — e, em setembro, o Tatu de Prata, do 3º concurso de filmes e vídeos latino-ame-

ricanos por um mundo mais humano, realizado na Bahia.

O vídeo tem roteiro e direção de Sônia Rodrigues Mota, trata da violência no campo e da convivência das autoridades. Pedidos de cópias, a preços populares, pelas entidades de trabalhadores, com Adnair França, rua Junqueira Ayres, 262 — Barris, Salvador — Bahia. CEP 40.000.

Assassinos impunes

Há dez anos, no dia 22 de setembro de 1977, foi assassinado a tiros em Santa Maria da Vitória, no interior da Bahia, o advogado de posseiros e militante do PC do B, Eugênio Lyra — na ocasião, com trinta anos.

O crime foi encomendado por grileiros da região, às vésperas do depoimento de Lyra numa comissão de inquérito da Assembléia Legislativa. Ele tinha provas contundentes do envolvimento de autoridades e empresários locais em invasões de terras, agressões e assassinatos de camponeses. Como representante do Sindicato de Trabalhadores Ru-

rais do município, ele tratava de arquivar todas as informações sobre a grilagem.

Depois do atentado que vitimou Lyra, alguns pistoleiros chegaram a ser presos. Mas o processo não teve continuidade. Os mandantes até hoje não foram identificados. E os jagunços foram colocados em liberdade. A região continua sendo palco de violências. Os grileiros agem como bem entendem, acobertados pela convivência governamental. Todo ano são realizadas manifestações de protesto contra o covarde assassinato.



Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53. Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel. ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abranches 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro, Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: praça Otávio Bomfim, s/n, Altos - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

-Fone: 221-3444 - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigiário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundial, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13478. Baturina: R. Armando de Barros, 117, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 13200. Quasequê: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 04000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Post-Ép e Fotolito. Rua do Itapecerica, 15, 9788 - Imprensa: Cia. Locomotiva, Fone: 315-4999 - São Paulo

As razões da greve na zona da cana

Um milhão de trabalhadores em campanha salarial. O maior dissídio coletivo já realizado este ano no país vem ocorrendo na chamada zona canavieira, abrangendo sete Estados nordestinos (SE, AL, CE, PB, RN, BA e PE), com a campanha unificada dos trabalhadores rurais de cana de açúcar. Em Pernambuco, os 250 mil cortadores de cana estão com suas atividades paralisadas desde o dia 21. O movimento também conta com a adesão dos tiradores de coco de cinco municípios. A polícia tem agido com violência contra os grevistas.

Já no domingo, dia 20, a certeza da greve foi confirmada nas assembleias dos quatro sindicatos rurais da zona canavieira. Os trabalhadores estão dispostos a só retornar ao trabalho depois que as reivindicações forem contempladas pelos usineiros. No município de São Lourenço, a 30 quilômetros de Recife, cerca de 5 mil trabalhadores se reuniram entusiasmados, gritando palavras-de-ordem e atentos à leitura de cada uma das 54 reivindicações que a categoria pretende alcançar nessa campanha. Depois da assembleia, eles seguiram em passeata pelas principais ruas da cidade. O clima é de tensão e na terça-feira, dia 22, surgiram as primeiras denúncias de violência por parte de administradores de engenho e policiais — atitudes condenadas pelo governador Miguel Arraes, que reconheceu o direito de greve dos trabalhadores (veja box).

A mulher tem que ligar trompa para ser admitida

Destacado papel está sendo desempenhado pelas mulheres, que estiveram reunidas com o governador denunciando as arbitrariedades de que são vítimas pelos usineiros. O patronato exige que a mulher faça ligação das trompas para que seja admitida no emprego. Elas afirmam, ainda, que são forçadas a ter contato direto com venenos usados na agricultura, mesmo quando grávidas, trabalhando sem qualquer proteção. Denunciaram o não cumprimento da lei do sítio, a ausência de moradias com as mínimas condições de higiene e segurança, além de dispensas injustas dos chefes de famílias e a inexistência de creches e de transportes para atender casos de acidentes, doentes ou gestantes. Uma trabalhadora de Cacau disse que as mulheres são obrigadas a trabalhar mesmo quando doentes.

A campanha vem servindo também para destacar a polêmica sobre a reforma agrária. Em Pernambuco, os conflitos em torno da terra ocorrem diariamente. A lista dos assassinos de camponeses no Estado já consta de 31 pessoas, crimes até agora ainda impunes.

Na gestão do então ministro Marcos Freire, a Federação dos Trabalhadores (Fetape) denunciou "o clima de tensão que vive o campo pernambucano". Alertava-se para a existência de mais de 50 áreas em conflitos e quatro acampamentos de famílias de agricultores, configurando um quadro escandaloso quando comparado ao alto grau de concentração de terras nas mãos de uns poucos.

A Fetape, conforme seu presidente, José Rodrigues, "vem discutindo com os trabalhadores a fase em que se encontra o projeto de reforma agrária na região. Essa campanha salarial também ajuda a mobilizar os camponeses visando uma maior discussão da questão. Pretendemos, inclusive, organizar caravanas para

pressionar os constituintes em Brasília no sentido de contrubuírem para a implantação de uma verdadeira reforma agrária no país, não a que nos que rem impor".

Os trabalhadores também pedem a reforma agrária

Opiniões colhidas pela TO junto aos canavieiros durante a assembleia realizada em São Lourenço dão uma boa idéia sobre a importância da reforma agrária para a categoria. "Do jeito que vai, nós mesmo é que teremos de fazer a reforma agrária", sustenta o trabalhador Antônio José, de 27 anos, dos quais 18 trabalhando como cortador de cana. "Estamos sendo escorraçados de nossas terras pelos usineiros e esse tal de Inca nada faz", acrescentou Francisco da Silva, 59 anos, principal responsável por uma família de 11 pessoas e que, como ele próprio diz, desde que se entende por gente ouve falar em reforma agrária, lamentando que vai morrer "e ela nunca vai chegar se depender do governo".

A zona canavieira, segundo a Fetape, "é a região onde se constatam as maiores disparidades sociais do Estado", pois "enquanto milhares de trabalhadores passam fome, observando-se na região os maiores índices de miséria, desnutrição e mortalidade, meia dúzia de usineiros e donos de engenho vão somando riquezas anualmente às custas do trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar. Em 1985, a produção aumentou 44%. Nos últimos 12 meses, o preço da cana para o usineiro subiu 305% e novos aumentos vêm sendo pleiteados.

Já o salário dos trabalhadores é um dos mais defasados do Estado. O canavieiro recebe mensalmente cerca de Cz\$ 2.597 para sustentar, em muitos casos, famílias de até 20 pessoas, como acontece com seu Manoel Alves, 45 anos, do engenho Alexandrina, em Ribeirão. Em alguns locais, o trabalhador chega a passar oito horas diárias cortando cana, sem repouso, a uma temperatura de 30 graus, que tal-



Arraes: "Estamos no caminho do direito e da justiça"



O trabalho dos canavieiros é duro, às vezes se passa oito horas direto no corte da cana, sem descanso. O salário, porém, é aviltante, alcançando, uma média, cerca de 2.500 cruzados. Os assalariados exigem justiça.

vez conseqüências graves à sua saúde.

E exigem a estabilidade e 6.500 cruzados

Com as mulheres e menores, a situação é ainda mais dramática. Meninos com 9 anos de idade já começam a pegar na foice e enxada, muitos são mutilados em decorrência de acidentes no trabalho. Se a mulher engravida, certamente sua demissão será efetivada no dia seguinte. Assistência médica é quase inexistente. Por tudo isto, da pauta de reivindicações dos trabalhadores constam, entre outras coisas, a exigência de estabilidade de 90 dias, carteira de trabalho assinado, afastamento remunerado por motivo de internamento de familiares, estabilidade para gestantes, concessões de dois hectares de terra para os agricultores nas áreas onde trabalham e um salário unificado de Cz\$ 6.500.

As rodadas de negociação, até quarta-feira à noite, não apresentavam muitos resultados. Como de costume, tanto os usineiros como os fornecedores de cana declaram não poder atender o pleito dos canavieiros. Alegam que o setor é deficiente, a greve é ilegal, ameaçam não negociar. Argu-

mentos surrados, já utilizados em outras campanhas, como adverte o presidente da Contag, José Francisco. "É a mesma ladainha dos que exploram a mão-de-obra barata. Queremos ver na hora da onça beber água, quando a produção ficar interrompida por tempo indeterminado".

Essa determinação de José Francisco reflete a disposição de luta da categoria. Os piquetes continuam firmes. Ora em rodinhas de bate-papo, ora sentados chupando cana, os trabalhadores conversam sobre a greve e afirmam que só retornam ao trabalho depois que as reivindicações forem atendidas. As ameaças e violências do patronato não lograram diminuir o ânimo dos canavieiros. Na campanha do ano passado, eles fizeram uma greve de 13 dias. Desta vez é difícil prever a duração do movimento, mas é certo que muita água vai rolar até que as partes envolvidas cheguem a um acordo.

Ameaça de paralisação em Sergipe

Pela primeira vez na história do movimento sindical rural sergipano, 13 dos 25 sindicatos de trabalhadores da zona



canavieira participam da campanha salarial unificada da categoria. "Demos o primeiro passo, e de agora em diante os patrões vão ter que nos respeitar mais", garante o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe, e dirigente da CGT estadual, José Félix Neto.

Os canavieiros poderão entrar em greve no Estado, a partir do dia 28, caso os patrões não atendam suas reivindicações. Eles querem o piso unificado de Cz\$ 6.300, e ganham, atualmente, em média

Cz\$ 300 por semana — menos que o piso salarial nacional determinado por lei!

Segundo a Fetase, são 30 mil canavieiros no Estado, em sua grande maioria vendendo a força de trabalho para a família do senador do PMDB e presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano do Prado Franco. Segundo um sindicalista de Laranjeiras — onde a família Franco tem maior controle da produção —, nessa região "quem falar em sindicato pode até ser morto"... (Jair Pereira, de Recife-PE).

Violência dos usineiros contra os piquetes

Violência policial e patronal. É a resposta imediata dos usineiros à greve dos canavieiros. Uma comissão de trabalhadores rurais manteve encontro com o governador pernambucano, Miguel Arraes, para denunciar as arbitrariedades de que estão sendo vítimas. E o governador foi enfático em condená-las.

"A polícia de Pernambuco tem instruções para respeitar os trabalhadores e não para impedir que exerçam o direito legítimo de greve. Os que estão cometendo violência são os que sempre estiveram a serviço dos senhores de ter-

ras. Eles querem que o povo perca a cabeça. Mas não vamos aceitar provocações. Devemos agir com firmeza para levar adiante a luta. Sabemos que estamos no caminho do direito e da justiça e vamos continuar nesse caminho para que o povo tenha seus direitos garantidos", disse o governador.

Na tarde de 22 de setembro — o mesmo dia em que os trabalhadores encontraram-se com o governador Arraes —, no engenho Covas, da Usina Bulhões, 22 policiais investiram contra um piquete de 100 canavieiros. Dois ativistas sindicais, José Joaquim da Silva Júnior e Francisco Antão Barbosa, foram presos e levados para o DOPS. José Joaquim denunciou que foi "muito espancado".

TIROS CONTRA PIQUETE

No confronto com os grevistas, a polícia chegou a dar tiros para e dispersar os manifestantes.

Os ânimos estão tensos entre os trabalhadores. Os usineiros estão contratando bóias-frias para substituir os grevistas. No Engenho Caxito, da Agropecuária Guilherme Martins de Albuquerque, o administrador Luciano impediu a presença do presidente

do STR local, José Timóteo da Paz. Os trabalhadores denunciaram que Luciano estava montado numa moto Agrale, com a qual inspeciona as terras do engenho e, exibindo uma arma, gritou: "Se quiser ver o que vai dar, bote os pés aqui".

Em Jaboatão, José Timóteo teve que pedir a mediação da Delegacia Regional do Trabalho para impedir uma agressão armada contra os grevistas. Os bóias-frias que substituem os grevistas estão sendo recrutados no Distrito de Bonança, em Cidade de Deus, e dormem no galpão, já que os patrões não querem que eles tenham contato com

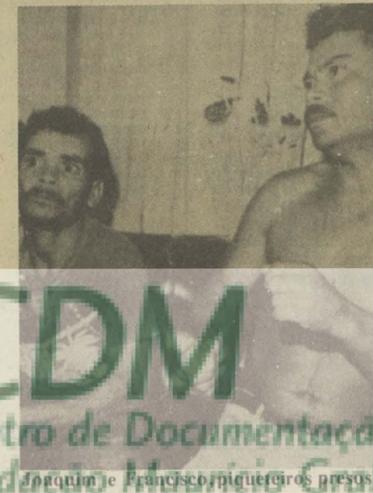
os trabalhadores que lutam por melhores salários e condições de trabalho.

USINEIRO ARMADO

O advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo, Aloísio Silva, denunciou à imprensa que o gerente do Engenho São João, acompanhado de dois capangas, ameaçou piqueteiros e diretores do Sindicato que realizavam uma passeata nas imediações do engenho. Segundo o advogado, "o gerente conhecido por Rinaldo chegou inclusive a sacar seu revólver, apontando para os trabalhadores. Na Usina Bom Jesus também fomos agredidos pelo administrador José Borges,

no momento em que tentávamos convencer trabalhadores vindos de Surubim e de São Bento do Una a não trabalharem. Eles não eram canavieiros e foram contratados para ocupar os lugares dos grevistas".

O secretário do Trabalho, Romeu da Fonte, ex-advogado da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, não escondeu sua irritação com os atos de violência de usineiros e policiais contra os grevistas.



Joaquim e Francisco piqueteiros presos

CDM
Centro de Documentação
Fundação Alameda